



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

02.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- » [PROSPERIDADE GOIANA NO RITMO CHINÊS – O Popular](#)
- » [BARBAS DE MOLHO – O Popular](#)
- » [MINISTRO DO STF, ANDRÉ MENDONÇA TROCA ALHOS POR BUGALHOS – Folha de São Paulo](#)
- » [CLICK-BAIT DO PASTOR VALADÃO CONTINUA FUNCIONANDO – Folha de São Paulo](#)
- » [QUEREM ABORTAR O ABORTO – Folha de São Paulo](#)
- » [UMA ALTERNATIVA À DESONERAÇÃO DA FOLHA DE SALÁRIOS – Folha de São Paulo](#)
- » [GOVERNO LULA CORRE PARA PAGAR R\\$ 1,4 BI POR DIA EM EMENDAS E CUMPRIR ACORDO COM CONGRESSO – Folha de São Paulo](#)
- » [CORREGEDOR DO CNJ ARQUIVA PEDIDOS DE PUNIÇÃO CONTRA JUÍZES QUE ATUARAM NA LAVA JATO – Folha de São Paulo](#)
- » [LIRA DEFENDE AÇÕES QUE GARANTAM MAIS DIREITOS PARA AS MULHERES – O Hoje](#)
- » [ANÁLISE: LULA DESAFIA O "INSTINTO ANIMAL" DO MERCADO – Correio Braziliense](#)
- » [30 ANOS DE PLANO REAL: A HIPERINFLAÇÃO FOI O DRAGÃO A SER ABATIDO – Correio Braziliense](#)
- » [LIDERANÇA ESTRATÉGICA EM UM MUNDO MULTIDIMENSIONAL – Correio Braziliense](#)
- » [NADA DE NOVO SOB O SOL: DÓLAR X REAL – Valor Econômico](#)
- » [SISTEMA DE PENHORA ON-LINE BATE RECORDE E RECUPERA R\\$ 14 BILHÕES – Valor Econômico](#)
- » [DECISÕES DO STJ PERMITEM USO DA ‘TEIMOSINHA’ – Valor Econômico](#)
- » [A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS MECANISMOS DE GOVERNANÇA – Valor Econômico](#)
- » [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 02.07.2024 – PÁG. 03

Prosperidade goiana no ritmo chinês

Joel de Sant'Anna Braga Filho

Goiás, indubitavelmente, caminha em direção a um futuro internacional próspero. O progresso alcançado no governo de Ronaldo Caiado tem sido notável, mas abandono parte da modéstia ao dizer que alcançamos um novo apogeu. Na área do comércio exterior, a missão à China, em novembro de 2023, certamente pavimentou a rota que traçamos agora. Marcos importantes foram estabelecidos pela visita do governador, suficientes para estreitar os laços com o gigante asiático, aumentando as relações comerciais com o país que mais se desenvolve no mundo e que atualmente compra mais de 50% de tudo o que Goiás exporta.



A missão empreendida neste mês de junho foi repleta de negociações e compromissos estratégicos e também históricos, consolidando parcerias auspiciosas. Considero como ápice o tratado com o porto alfandegário de Xiong'an, que permitiu a criação de um escritório goiano na zona portuária chinesa. Compartilhando espaço com o Grupo Porto Seco de Anápolis, este gabinete se tornará um centro logístico internacional, atraindo novos negócios, investimentos e facilitando o comércio exterior como um todo. É válido ainda ressaltar que o sucesso de um goiano à frente de uma empresa chinesa como a BYD facilita as negociações ao ponto do projeto ser totalmente custeado pelos anfitriões. Mas esse é apenas um dos resultados concretos advindos da missão à China. Voltamos com muito mais novidades na bagagem.

É também destaque o acordo firmado com a Universidade de Hebei, que tornará Goiás o principal polo da medicina tradicional chinesa em toda a América Latina. Os ensinamentos milenares serão difundidos a partir de uma colaboração com a Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio do Instituto Confúcio e da produção de fármacos baseados na medicina oriental pelas indústrias farmoquímicas de Anápolis.

Outro avanço significativo no setor foi o acordo com a Zhonghong, a maior indústria chinesa de material cirúrgico. A empresa, que produz 10 milhões de luvas por dia, além de seringas e cateteres, escolheu Goiás para estabelecer suas operações no Brasil. A utilização do Porto Seco de Anápolis para a distribuição dos produtos da Zhonghong não apenas fortalece nosso setor industrial, mas também demonstra a confiança que players internacionais proeminentes depositam em Goiás.

Já na área da mineração, firmamos um protocolo com a Associação Sino-Brasileira de Mineração (ASBM) para a realização de um levantamento geofísico detalhado do território, dentro do Plano Estadual de Recursos Minerais (Perm). Esta resolução garante o fortalecimento do setor, promovendo a evolução sustentável com o uso de tecnologias avançadas. No caminho certo, Goiás segue rumo a um

desenvolvimento sem precedentes. Nossa parceria com a China, uma potência global, representa um símbolo de amizade, cooperação e, acima de tudo, de um futuro repleto de boa fortuna para todos os goianos.

JORNAL – O POPULAR – 02.07.2024 – PÁG. 07

Barbas de molho

Eliane Cantanhêde



O mundo anda tão louco que o presidente Emmanuel Macron convocou a antecipação das eleições parlamentares na França, para perder feio, assim como o presidente Joe Biden desafiou Donald Trump para um debate para ser massacrado, a meses da eleição nos EUA. Só antecipa eleição e propõe debate quem sabe que vai ganhar e era evidente que eles iriam perder. Ou Macron e Biden têm uma estratégia super sofisticada, ou estão mal assessorados, ou fora da realidade ou, simplesmente, desesperados. A resistência internacional à extrema direita se enfraquece, assim como Macron, principal

interlocutor do presidente Lula.

Os efeitos do enfraquecimento de Macron e Biden vão além da França, da própria Europa e dos Estados Unidos. Trump de volta na maior potência e Marine Le Pen em franca ascensão no berço da "liberdade, igualdade e fraternidade" confirmam a escalada da extrema direita no mundo. Até o partido neonazista se movimenta e confronta a história e o Código Penal da Alemanha, que proíbe apologia ao nazismo.

Na França, o Reagrupamento Nacional, de Le Pen, venceu o primeiro turno, com 34% dos votos, seguido pela Nova Frente Popular, da centro esquerda à extrema esquerda, com quase 28%. A coalizão de Macron ficou em terceiro, com pouco mais de 20% - um vexame. O índice de comparecimento dos eleitores, 67%, foi o maior desde 1997 e mostra que a sociedade quer mudança. O segundo turno vem aí.

Dólar e euro disparam, um em R\$ 5,65 e o outro, em R\$ 6, com o presidente Lula teimosamente atacando o Banco Central, enquanto a França, toda Europa e os EUA mergulham em incertezas, a China está quieta e Wladimir Putin, à espreita. Aliás, o que Trump quis dizer, quando anunciou que acabaria com a guerra da Ucrânia antes mesmo de tomar posse? Além de suspender a ajuda militar, quer dar a Ucrânia de bandeja para a Rússia?

O ambiente é confuso, preocupante, com a extrema direita se espalhando pela Europa - Itália, França, Alemanha, Espanha, Hungria, Polônia... -, Trump franco favorito nos EUA, apesar de ter atizado a invasão do Capitólio, e até Javier Milei fazendo das suas na Argentina e viajando pelo mundo em articulações, não com governos, mas com grupos conservadores ou extremistas, como fará no Brasil na semana que vem. Onde isso vai dar? A responsabilidade de Lula se torna ainda maior, e o que se espera dele não é um samba de uma nota só, com ataques que só enchem de dinheiro os especuladores em dólar. Em algum momento, ele

vai ter de ser mais consequente, assumir o equilíbrio fiscal e anunciar um plano de voo claro e factível. Se Lula replicar a fragilização de Biden e Macron, quem lucra?

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 02.07.2024 – PÁG. A2

Ministro do STF, André Mendonça troca alhos por bugalhos

Liberdade de expressão nada tem a ver com desinformação

Alvaro Costa e Silva

O ministro André Mendonça, do STF, recebeu o título de cidadão honorário do Paraná em sessão solene prestigiada por pastores evangélicos, a atriz Regina Duarte e o senador Sergio Moro (a quem Mendonça substituiu no Ministério da Justiça). Aproveitou a pompa e a circunstância para elaborar uma frase que deixaria o conselheiro Acácio envergonhado: "A aplicação da lei nem sempre é simples".



Ao dizer que os juízes eleitorais devem defender a liberdade de expressão, Mendonça filosofou: "O conceito de fake news é um conceito aberto. E agregam-se ao conceito de fake news expressões que têm uma conotação difícil de se determinar. O que é desinformação?". Com certeza Mendonça lembra as eleições de 2018, das quais Bolsonaro saiu vitorioso para depois indicá-lo ao Supremo.

Nelas, mentiras, rumores, boatos invadiram como praga as redes sociais, ampliando o alcance e a velocidade da desinformação. O ministro há de recordar o kit gay e a mamadeira de piroca, inesquecíveis. No tempo da pandemia, um certo capitão afirmou que imunizantes contra a Covid-19 estavam relacionados à transmissão do HIV. Logo após o atentado político contra Marielle Franco, surgiu a notícia de que ela teria vínculo com facções criminosas e seria casada com traficante.

Todas elas, mentiras fáceis de comprovar, têm uma conotação assim tão difícil de determinar? Segundo recente pesquisa do Instituto Locomotiva, 8 em cada 10 brasileiros já deram credibilidade a fake news. Contudo, 62% confiam na capacidade de diferenciar informações falsas de verdadeiras. André Mendonça está no grupo minoritário. Liberdade de expressão nada tem a ver com desinformação. A primeira é manifestar-se a favor da quartelada na Bolívia, como fizeram Bia Kicis e Ricardo Salles, deputados do PL. Mais que opinião, foi uma confissão. Milagrosamente, eles não mentiram. São golpistas de verdade.

Click-bait do pastor Valadão continua funcionando

Pregação sobre faculdade promove debate político travestido de religião

Juliano Spyer



Na semana passada, o pastor André Valadão, da Lagoinha Church, viralizou nas redes sociais ao dizer: "Se a faculdade vai acabar com a vida do seu filho, manda ele vender picolé na garagem, mas não manda ele para a faculdade". Há mais de dez anos interajo regularmente com evangélicos, tanto por trabalho como por amizade. Mesmo assim, foi difícil entender por que parte desse grupo aplaudiu ou se calou diante de uma pregação que debocha de quem quer estudar.

Mas, desempacotada com tato e sem preconceitos, essa fala pode iluminar —e talvez ajude a superar— a condição pantanosa que marca hoje a

relação entre o campo evangélico e as forças democráticas do país. Primeiro, devemos reconhecer que o que Valadão disse está alinhado aos ensinamentos do Evangelho. Em Marcos (8:36), está escrito: "Pois, que adiantará ao homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma?". Para eles, há um paraíso à espera de quem abdica de confortos para se manter fiel à Bíblia.

Nosso preconceito fica exposto quando sugerimos que quem acredita nisso seja intelectualmente fraco. Evangélicos continuarão majoritariamente suscetíveis ao pânico moral que a nova direita instiga na sociedade enquanto essa atitude intolerante se mantiver. Reconhecer isso não é o mesmo que aplaudir a fala de Valadão. Precisamos ser mais astutos e responsáveis para identificar o click-bait que pastores como ele incorporam em suas pregações. Eles nos provocam a expor essa intolerância.

O caminho para sair desse ciclo vicioso é ficarmos mais próximo dos evangélicos, em vez de nos distanciarmos deles. Para, com a ajuda deles, expor como Valadão prega o evangelho segundo Olavo de Carvalho mais do que o de Jesus.

Porque a visão da universidade como um antro de perdições é olavista; o protestantismo protegeu e promoveu a ciência. Harvard, a universidade que Valadão visitou recentemente com sua família, foi fundada como uma instituição educacional protestante. Mas o que Olavo de Carvalho apontou não é fruto de uma imaginação delirante. Evangélicos, em geral, preferem manter sua religiosidade no armário do que se expor ao bullying cruel no ambiente acadêmico.

Especialmente nos cursos de humanas, essa postura compromete a percepção da universidade como um espaço que promove a convivência com o contraditório e o diferente. Mas o medo que Valadão instiga também não é "de Deus", para usar um termo evangélico. Porque, conforme ensinam meus interlocutores, o papel da igreja é fortalecer o cristão para que ele habite todos os espaços e seja o sal da terra. E não se contente em vender picolé em garagem, como o pastor propôs.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 02.07.2024 – PÁG. A3

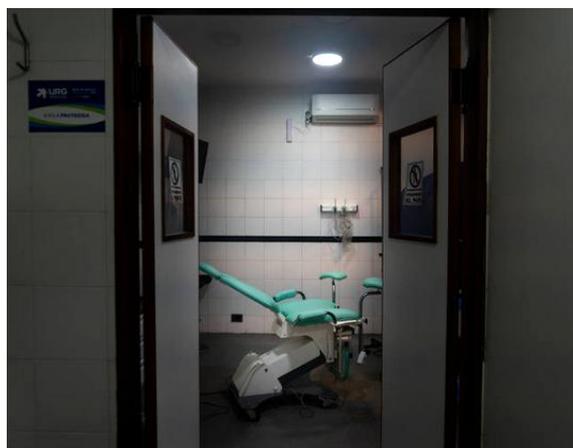
Querem abortar o aborto

Quantos antiabortistas já enviaram mulheres ou filhas a clínicas clandestinas?

Frei Betto

A missão dos legisladores (deputados e senadores) não é impor moral à sociedade, é buscar o bem comum. Somos uma sociedade plural e laica, não confessional. Se defendo a descriminalização da prostituição, como defendo a do aborto, não significa que aprovo a prostituição, pois a considero uma degeneração da mulher. As prostitutas, porém, têm o direito de serem protegidas por leis, como defendia Gabriela Leite, líder das meretrizes brasileiras.

Quantos antiabortistas já enviaram suas mulheres ou filhas, surpreendidas por uma gravidez indesejada, a clínicas clandestinas de aborto ou a países que admitem a interrupção da gravidez? Só terapeutas e ministros de confissões religiosas, confidentes de pessoas aflitas, podem avaliar. O artigo 128 do Código Penal admite o aborto "se a gravidez resulta de estupro". O estupro é crime previsto no artigo 213 do mesmo código. Crime hediondo, pois impõe à vítima severas sequelas físicas e emocionais.



Como exigir da mulher estuprada não repudiar o feto fruto de uma agressão física e moral? Gostaria de ver um parlamentar antiabortista exigir de sua filha, violentada por um assaltante, preservar a gravidez e acolher o filho. Quem sabe ele, munido de pruridos morais, vá à prisão solicitar ao estuprador reconhecer a criança como filho e imprimir o nome paterno nos documentos de identidade...

Os que vociferam contra o direito ao aborto, proclamando defender a vida, são os mesmos que defendem que "bandido bom é bandido morto", aplaudem a letalidade das operações policiais, exaltam torturadores e advogam o comércio generalizado de armas. E silenciam frente aos pedófilos de suas igrejas. Haja hipocrisia! É atitude farisaica a intransigente defesa da vida embrionária e a omissão frente a milhões de crianças nascidas na miséria, condenadas à fome e ao desamparo.

A defesa da vida não pode ser confundida com a defesa do processo embrionário desde o seu início. Do ponto de vista científico, é questão aberta quando de fato há vida humana. Como escreve o teólogo Jesús Martínez Gordo, a questão deve se basear "no reconhecimento da existência de situações-limite e conflitos de direitos em que é impossível aplicar dedutivamente as normas morais: a única coisa que resta, talvez, é aceitar o mal menor, como pode ser visto nos casos de perigo para a vida da mãe, má-formação do feto e gravidez por estupro. Entendido dessa forma, o aborto não é mais um direito, mas sim um recurso desesperado diante do instinto de sobrevivência. Em suma, o mal menor que, em nome da solidariedade, do respeito e do acompanhamento a quem passa por situações tão dramáticas, está acima de qualquer imposição extrínseca".

Segundo Bernhard Häring, um dos mais destacados moralistas católicos, "não cabe ao Magistério da Igreja resolver o problema do momento preciso a partir do qual nos encontramos diante de um ser humano no pleno sentido do termo". Na tradição cristã convivem diferentes teorias, a da "animação sucessiva", defendida por meu confrade São Tomás de Aquino, e a da "animação simultânea", por Santo Alberto Magno.

A biologia comprova que o embrião requer tempo e espaço para desenvolver seu sistema neuroendócrino. Genes não são miniaturas de pessoas. A biologia molecular demonstra que a informação extragenética é tão importante quanto a informação genética, e a constituição da substantividade humana ocorre quando há organogênese do embrião.

O machismo e a misoginia predominantes no Congresso se refletem inclusive na proposta de fazer o peso da sentença condenatória cair mais forte sobre a mulher violada que sobre o criminoso tarado. Nosso Congresso deveria estar discutindo como introduzir a educação sexual em todos os níveis escolares, bem como o planejamento familiar. Descriminalizar o aborto não significa incentivá-lo. Não devemos admitir que nossos parlamentares estuprem a Constituição e violentem um direito adquirido.

Uma alternativa à desoneração da folha de salários

Cálculo precisa considerar valor agregado e folha de salários formalizada

Luiz Guilherme Piva

Procurar colaborações tributárias nos bolsos dos setores mais ricos, mesmo para as causas mais justas (financiar uma parte da Previdência, por exemplo), é como fagulha no palheiro. Sua reação negativa —talvez porque já foram avisados de que não vão mesmo para o reino dos céus— incendeia o ambiente e às vezes vira fogo de Planalto acima. É o caso da desoneração da contribuição dos empregadores sobre a folha de salários, que, pela norma decorrente do artigo 195 da CF, é de 20%. Todas as tentativas de acabar com a desoneração, que hoje beneficia 17 setores, têm sido rechaçadas sob o argumento de que a alíquota é excessiva e de que a alternativa adotada (de 1,0% a 4,5% sobre a receita bruta) tem incentivado a geração de empregos.



O Ipea, com dados da Pnad Contínua/IBGE, contesta e mostra que os setores desonerados não são os maiores empregadores nem os que mais geraram emprego desde o início da desoneração. Ao contrário, alguns deles são os que mais desempregaram. A participação no total de ocupados que contribuem para a Previdência caiu de 17,9% para 16,2% nos 17 setores. E mais: empresas não desoneradas aumentaram em 6,3% (1,7 milhão) os empregos com carteira assinada; as desoneradas os reduziram em 13% (960 mil). E há a perda de arrecadação anual, que varia, conforme a conta, de R\$ 10 bilhões a mais de R\$ 20 bilhões.

A última tentativa do governo de compensar a diminuição da arrecadação, com a restrição de compensações de créditos do PIS/Cofins, crepitou na Esplanada, ainda mais com o cerrado tomado pela seca e por alguns

piromaniacos. Não há como negar, porém, que a contribuição do empregador sobre a folha não é o melhor método de arrecadação para a Previdência, ainda mais se considerarmos a geração de empregos formais e as grandes diferenças entre os setores econômicos. É preciso pensar em outras possibilidades. A reforma tributária em curso é boa porque deu centralidade ao valor agregado em lugar de receitas, preços e folhas de pagamento.

Este pode ser o mesmo caminho da contribuição dos empregadores para a Previdência. Uma sugestão é estabelecer sua contribuição previdenciária com base não no tamanho da folha de salários nem no tamanho da receita, mas numa razão (R) entre valor agregado no numerador e folha de salários formalizada no denominador.

Quanto maior o R, maior a alíquota, numa curva discreta, com degraus suaves, a incidir sobre o valor agregado. Com isso, incentiva-se a substituição do emprego informal pelo emprego formal (uma vez que o denominador aumenta, reduzindo o R). A formalização dos empregos aumenta a arrecadação da Previdência advinda da contribuição dos empregados.

E diferenciam-se, na contribuição, os setores intensivos em capital dos intensivos em mão de obra. Há, hoje, setores e segmentos que ganham bilhões com pouquíssima mão de obra, em grande parte informal ou pejotizada, pagando quase nada para a Previdência. Enquanto outros ganham muito menos com enormes folhas de salários (sendo, portanto, geradoras de emprego formal) e contribuem muito mais. Talvez essa proposta produza reação menos incandescente. E, embora complexa, não parece ser uma alternativa cuja fórmula de cálculo seja tão impossível quanto um dia ver um camelo passando pelo buraco de uma agulha.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 02.07.2024 – PÁG. A4

Governo Lula corre para pagar R\$ 1,4 bi por dia em emendas e cumprir acordo com Congresso

Pressão de parlamentares por liberações cresce em função do ano eleitoral, e legislação determina que pagamentos só podem ocorrer até 6 de julho

Julia Chaib / Victoria Azevedo / Mateus Vargas

O governo Lula (PT) corre para liberar verbas bilionárias de emendas parlamentares a tempo de serem usadas antes das eleições municipais deste ano e, dessa forma, cumprir o que foi acordado com as lideranças do Congresso e também respeitar a legislação. As emendas são uma forma pela qual deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político. A prioridade do Congresso tem sido atender seus redutos eleitorais, e não as localidades de maior demanda no país.



As eleições ocorrem em outubro, mas as regras eleitorais determinam que pagamentos desse tipo só podem ocorrer até 6 de julho (próximo sábado). Após essa data, a União fica proibida de fazer os repasses a estados



CLIPPING

DATA

02.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

9 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

e municípios. Do total de R\$ 52 bilhões previstos no Orçamento de 2024 para emendas parlamentares, o governo se comprometeu a liberar cerca de 40% do montante até a trava eleitoral. Esse percentual representa R\$ 22 bilhões.

Parlamentares têm pressionado o governo, desde o início do mandato petista, por avaliarem que há demora na liberação das emendas. A avaliação colabora com dificuldades em votações importantes no Congresso. O governo tem acelerado as liberações nos últimos dias. Até a sexta-feira (28), pagou R\$ 15 bilhões. Assim, ainda precisa liberar cerca de R\$ 7 bilhões nesta semana, segundo projeções internas às quais a Folha teve acesso.

Esse saldo equivale a uma liberação diária de R\$ 1,4 bilhão até sexta-feira (5), último dia útil antes da trava. A pressão por celeridade cresce em função do ano eleitoral, uma vez que deputados e senadores buscam destinar recursos para suas bases eleitorais como forma de impulsionar a candidatura de aliados. Do total de R\$ 7 bilhões ainda a serem pagos, uma parcela será referente às chamadas emendas Pix, modalidade de repasse de emenda individual em que a verba cai diretamente nos caixas de estados e municípios. Esse tipo de transferência não exige que o governo local apresente um projeto ou que o parlamentar indique em que área utilizar a verba.

O governo já empenhou neste ano, isto é, se comprometeu a pagar, R\$ 33,4 bilhões de verbas a parlamentares. Desse montante, R\$ 7,7 bilhões são referentes às emendas Pix. O objetivo do Executivo é pagar ao menos a metade desse tipo de emenda, R\$ 3,85 bilhões, até a semana que vem para honrar um compromisso com o Congresso Nacional. Os valores superam o que foi liberado pelo governo de janeiro a 5 de julho do ano passado, quando foram empenhados R\$ 7,53 bilhões e pagos R\$ 3 bilhões de emendas no total. O levantamento se concentra nos três tipos de emendas disponíveis em 2024.

No caso das emendas individuais, cada deputado tem uma cota de cerca de R\$ 38 milhões, enquanto o limite de indicações dos senadores alcança R\$ 69 milhões. Metade desse recurso precisa ser destinado para a Saúde. Os parlamentares podem aplicar parte da cota individual em emendas Pix. As emendas individuais e de bancada estadual são impositivas, ou seja, o governo é obrigado a executar a indicação do deputado ou senador.

Ainda há a emenda que é definida pelas comissões do Congresso. A Comissão de Saúde da Câmara tem a maior fatia dessa verba, com R\$ 6 bilhões para indicar. O governo não é obrigado a executar esse tipo de emenda. Essas verbas são usadas para custear obras patrocinadas pelos parlamentares. Um acordo feito entre Congresso e governo prevê que a divisão desse tipo de emenda será gerenciada pelos próprios parlamentares. No caso da Câmara, o próprio da presidente, Arthur Lira (PP-AL), é o responsável pela partilha. Ele repassa o valor acordado com o líder de cada partido, que depois transfere aos deputados. Esse modelo foi apelidado de pizza na Câmara, como revelou a Folha.

Na prática, avaliam parlamentares, essas emendas estão sendo usadas para replicar o modelo das extintas emendas de relator. A Comissão de Saúde da Câmara, por exemplo, encaminhou repasses de mais de R\$ 4,2 bilhões neste ano sem apontar quais deputados e senadores são os padrinhos das emendas. O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Flávio Dino determinou neste mês a realização de uma audiência de conciliação para discutir possível descumprimento da decisão da corte que declarou a inconstitucionalidade das emendas de relator.

O governo acelerou e ampliou o total de verbas pagas até agora porque a Justiça determina que elas só podem ser liberadas até 6 de julho, três meses antes do primeiro turno das eleições, marcadas para 6 de outubro. A legislação eleitoral determina uma série de vedações ao governo federal e ao presidente Lula nesse período —por exemplo, a inauguração de obras federais. A liberação dos recursos pelo governo até essa data foi negociada com os parlamentares num acordo que envolvia a manutenção do veto do presidente na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) em sessão do Congresso em maio.

Os congressistas incluíram na LDO um cronograma para o pagamento das emendas, o que ampliava o próprio poder do Legislativo na execução dessas verbas, já que não existia um calendário definido para isso —esse trecho foi vetado pelo petista. Se mantido, ele poderia engessar o Orçamento federal e obrigar o governo a fazer pagamentos mesmo sem ter dinheiro no cofre. A solução para evitar a derrota de Lula foi o Planalto acertar com o Parlamento um calendário extraoficial para pagamentos.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 02.07.2024 – PÁG. A8

Corregedor do CNJ arquiva pedidos de punição contra juízes que atuaram na Lava Jato

Solicitações foram feitas contra Gabriela Hardt e Eduardo Appio, que trabalharam na 13ª Vara de Curitiba

José Marques



O corregedor do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Luís Felipe Salomão, arquivou neste domingo (30) pedidos de abertura de procedimentos disciplinares contra os juízes Gabriela Hardt e Eduardo Appio, que atuaram na 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelas ações da Operação Lava Jato.

Apesar de terem atuado na mesma vara, Hardt e Appio têm estilos opostos. Ela conduzia a operação de forma similar ao ex-juiz e atual senador Sergio Moro (União Brasil-PR), enquanto Appio é um crítico dos métodos da Lava Jato. Os pedidos contra Hardt foram apresentados por Marcio Lobão, filho do ex-senador Edison Lobão, e pelo ex-executivo da Trafigura Marcio Pinto de Magalhães. Ambos foram alvos da operação.

Eles alegavam que ela atuou de forma ilegal e abusiva em ações da Lava Jato. Salomão entendeu que as decisões proferidas por Hardt são resguardadas pela independência funcional dos membros da magistratura. Já as ações contra Appio foram apresentadas pela corregedoria do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) e também por políticos como os deputados Marcel Van Hattem (Novo-RS) e Adriana Ventura (Novo-SP) e os senadores Eduardo Girão (Novo-CE) e Flavio Bolsonaro (PL-RJ).

A corregedoria do TRF-4 apurava se houve quebra de sigilo de uma decisão publicada na imprensa antes de ser assinada pelo magistrado. Mas, para Salomão, não há indícios suficientes de autoria da infração e não é possível dizer que o magistrado tenha incorrido em falta funcional. Já os pedidos dos políticos eram sobre acusações de que o Appio teria atuação político-partidária. O corregedor do CNJ afirma que as

manifestações e críticas feitas pelo juiz à Operação Lava Jato estão inseridas em ressalvas previstas na Lei Orgânica da Magistratura.

JORNAL – O HOJE – 02.07.2024 – PÁG. 17

Lira defende ações que garantam mais direitos para as mulheres

O presidente da Câmara dos Deputados abriu a 1ª Reunião de Mulheres Parlamentares do P20, o fórum do Legislativo dos países que compõem o G20



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), defendeu a implementação de políticas públicas para garantir mais direitos e oportunidades para as mulheres no País. Ele abriu a 1ª Reunião de Mulheres Parlamentares do P20, o fórum do Legislativo dos países que compõem o G20, nesta segunda-feira, em Maceió (AL). Lira assumiu o comando do P20 em outubro de 2023, passado pelo presidente da Casa do Povo da Índia, Om Birla.

O presidente da Câmara lembrou que é a primeira vez que se discutem, de maneira exclusiva, as questões que impactam diretamente a participação das mulheres na política e na sociedade, nos planos nacional e mundial. Para Lira, é fundamental “eliminar a discriminação no local de trabalho, garantir salários iguais por trabalho igual, promover acesso à educação de qualidade e oportunidades de capacitação profissional para a população feminina”. “São fundamentais iniciativas que garantam renda para as mulheres. Criar linhas de acesso a microcrédito, oferecer programas de capacitação, fomentar o empreendedorismo feminino”, prosseguiu.

Propostas aprovadas

Lira lembrou algumas propostas aprovadas pela Câmara que tratam da proteção dos direitos das mulheres, como a que modifica o Código Penal para tipificar como crime a violência política contra a mulher; a que assegura medidas que previnam, reprimam e combatam esse tipo de violência; a que acrescenta na lei penal os crimes de importunação sexual e de violência psicológica contra mulheres; a que transforma em lei a obrigatoriedade de isonomia salarial entre mulheres e homens; entre outras.

“O Brasil conta, portanto, com sólida base legal para coibir qualquer ato que tenha por objetivo constranger, agredir, ofender ou calar as brasileiras que pretendam ocupar – ou que já ocupam – lugares de poder na política”, disse Lira. O presidente ressaltou que o avanço da pauta dos direitos das mulheres na Câmara é resultado do esforço da bancada feminina e da articulação entre a Secretaria da Mulher, da Procuradoria da Mulher e do Observatório da Mulher na Política.

“Promover os direitos femininos é passo civilizacional que precisa ser dado. Somente quando todas as mulheres tiverem voz, autonomia, segurança e oportunidade de alcançar seu pleno potencial é que teremos o

mundo justo e harmônico que tanto desejamos”, afirmou. Em seu discurso, Lira destacou ainda a importância de iniciativas que garantam renda para as mulheres, o combate ao racismo e a promoção da sustentabilidade ambiental como exemplos de políticas públicas necessárias para a melhoria da equidade de gênero no País.

Cidade-sede

Lira destacou ainda a escolha da cidade de Maceió para sede do encontro. O presidente citou mulheres alagoanas importantes na história brasileira, como a psiquiatra Nise da Silveira, a advogada Almerinda Farias Gama, a heroína Ana Lins, a médica e professora Lily Lages, e a jogadora de futebol Marta. “O evento oferece aos participantes estrangeiros a oportunidade de conhecer a diversidade humana e cultural que caracteriza o Brasil. Trazer a 1ª Reunião de Mulheres Parlamentares do P20 para Maceió foi também uma forma de homenagear as mulheres alagoanas – fortes, determinadas, corajosas e resilientes”, disse Lira.

Presença

Estão presentes na 1ª Reunião de Mulheres Parlamentares do P20, cinco organismos internacionais - União Interparlamentar, União Europeia, ONU, ONU Mulheres e Mercosul; e 26 países: Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Brasil, China, Estados Unidos, Índia, Indonésia, Itália, México, Reino Unido, República da Coreia, Rússia, Angola, Espanha, Nigéria, Noruega, Portugal, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Bolívia e Paraguai. Ao todo, são 171 parlamentares participando do encontro.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 02.07.2024 – PÁG. POLÍTICA

Análise: Lula desafia o "instinto animal" do mercado

O ministro Haddad tenta manter a ancoragem da economia, mas o que não faltam no PT são vozes discordantes. Os petistas vibram com as diatribes econômicas de Lula

Luiz Carlos Azedo

Há 30 anos, no governo Itamar Franco, quando foi lançado o Plano Real, repórter do jornal *O Globo* em São Paulo, perguntei ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), então o candidato favorito à Presidência nas eleições de 1994, se ele torcia para o plano dar certo ou para dar errado? Lula se enrolou, disse que torcia para o plano dar certo, mas, infelizmente, achava que daria errado. Era a avaliação de seu vice, Aloizio Mercadante, e a também da economista Maria da Conceição Tavares, recentemente falecida.



Como no samba *Feitio de Oração*, de Noel Rosa, em economia, quem acha vive se perdendo. É preciso fazer contas. O plano deu certo, e Fernando Henrique Cardoso, ex-ministro da Fazenda e candidato do governo à Presidência, acabou vencendo as eleições no primeiro turno. Foi uma campanha na qual o PT já havia



CLIPPING

DATA
02.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
13 de 26

RESPONSÁVEL
Iris Helena

cometido outros erros, entre os quais não apoiar o governo Itamar nem aceitar uma aliança com o PSDB, que implicaria apoio a Mario Covas, em São Paulo, como desejava o então governador do Ceará, Tasso Jereissati.

O trauma dessa eleição, associado à derrota de 1998, quando FHC foi eleito, serviria de lição, mais tarde, para a campanha de 2002, na qual Lula rezou na cartilha do mercado, na Carta aos Brasileiros. Qual era o divisor de águas àquela época? Era a continuidade dos três pressupostos do Plano Real, que estavam consolidados: meta de inflação, equilíbrio fiscal e câmbio flutuante. Até hoje, esse divisor de águas continua valendo para o mercado, que manda recados por meio do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, mas principalmente pelo câmbio e a Bovespa. Alvo de sistemáticos ataques de Lula, por interromper a queda da taxa de juros, e por suas notórias ligações ideológicas com o grupo político do ex-presidente Jair Bolsonaro, que o indicou para o cargo.

A cada ataque de Lula contra Campos Neto, o dólar sobe. Em parte, por causa das incertezas do cenário internacional, entre as quais as eleições nos Estados Unidos e na França. Entretanto, diante dessas mesmas incertezas, os seus fundamentos internos são a ancoragem para os agentes econômicos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenta manter a ancoragem, mas o que não falta no PT são vozes discordantes. A cúpula petista vibra com as diatribes econômicas de Lula.

Nesta segunda-feira, em entrevista à Rádio Princesa, de Feira de Santana, Lula disse que os bancos são os responsáveis por tirar terra dos agricultores, e não o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). "Esses dias, eu vi o ministro da Agricultura, companheiro (Carlos) Fávaro, dizer que o agronegócio não deveria ter medo das ocupações dos sem-terra, porque quem está tomando terra deles hoje são os bancos, que compram os títulos da dívida agrária deles. E o banco, quando compra um título, é imperdoável. Ele vai em cima e recebe ou toma a terra."

Regras do jogo

São meias-verdades, o MST se transformou num grande sistema de cooperativas, focado na produção de alimentos orgânicos, mas o balanço oficial do Abril Vermelho deste ano registra a realização de 26 ocupações de terra e cinco novos acampamentos. As mobilizações ocorreram em 18 estados e no Distrito Federal e envolveram 30 mil militantes.

Historicamente, a reforma agrária está associada ao desenvolvimento capitalista no campo. Até recentemente, a esquerda dizia que o Brasil não se desenvolveria com a monocultura das grandes propriedades e a presença do capital estrangeiro. Deu-se o contrário: o agronegócio promoveu uma revolução agrícola, com uso intensivo da tecnologia e notável aumento de produtividade, apesar da existência de alguns setores muito atrasados, grileiros e predadores. Hoje, é o setor mais dinâmico da economia. Em tempo: o Plano Safra emprestará R\$ 500 bilhões ao agronegócio; dos quais a carteira de crédito do Banco do Brasil deve liberar R\$ 195 bilhões, em 612 mil operações. Como diria o ex-ministro da Fazenda Delfin Neto, Lula subestima o spiritus animalis do mercado. É um conceito associado à psicologia, adotado pelo famoso economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), cujo significado em latim é "o sopro que desperta a mente humana". O termo refere-se às oscilações do ciclo econômico, tanto na "economia real" (indústria, comércio e serviços) como no mercado financeiro.

Keynes, na crise de 1929, defendia que os agentes econômicos tomavam as suas decisões mais em função de instinto e da concorrência do que dos fundamentos econômicos, o que gerava excessos, principalmente nos momentos de grande incerteza. Por isso, a política econômica deve ajustar a economia, aumentando a demanda sem surtos inflacionários e mantendo o balanço de pagamentos estável, em um ambiente institucional que influencie positivamente seus agentes. Por essa razão, o economista Richard Thaler (Prêmio Nobel de Economia de 2017) defende regras do jogo para compensar a falta de autocontrole e a irracionalidade na economia. Isso vale para o mercado e para os governantes.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 02.07.2024 – PÁG. ECONOMIA

30 anos de Plano Real: a hiperinflação foi o dragão a ser abatido

Conter o aumento dos preços, que destruía o poder de compra dos brasileiros — prejudicando, especialmente, os mais pobres — foi o grande desafio do programa criado pela equipe econômica do então presidente Itamar Franco

Fernanda Strickland



Em 1994, o Brasil enfrentava um cenário econômico desafiador, marcado por uma inflação galopante que corroía o poder de compra dos cidadãos e dificultava o planejamento econômico tanto para famílias quanto para empresas. A carestia acumulada ao longo dos anos anteriores tinha atingido níveis alarmantes, chegando ao que os economistas chamam de hiperinflação.

Segundo o economista Ricardo Mello, a hiperinflação é o aumento generalizado dos preços de vários itens de diferentes segmentos de uma economia por um período prolongado, de maneira descontrolada e descoordenada. "O Brasil já passou por períodos de hiperinflação nas décadas de 80 e 90", explicou. "A hiperinflação no Brasil aconteceu devido ao segundo choque nos custos do petróleo, em 1979.

Os Estados Unidos foram um país extremamente afetado e acabou com uma grande inflação. Isso acarretou em uma grande alta da taxa de juros norte-americana, que também provocou o aumento da taxa de juros inglesa. Os contratos de dívida do Brasil (e o Brasil tinha uma dívida externa importante em dólares) eram atrelados a esses juros", afirmou o economista.

O Brasil tinha que ganhar dinheiro suficiente para pagar esses juros e seguiu uma cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) de forte redução de custo e desvalorização da moeda para que tivesse produtos que fossem baratos para o resto do mundo e fossem exportados, trazendo dólares para o país e pagando as taxas de juros. Mello explicou que quando o Brasil promoveu a forte desvalorização cambial, todos os produtos de fora do Brasil tiveram um aumento de preço muito grande. "O que trouxe uma inflação importante para o país, que começou a conviver com inflações galopantes chegando a mais de 1000%,"



CLIPPING

DATA

02.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

15 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

2000%, 3000% ao ano ao longo das décadas de 80 e 90", disse. "Só no Plano Real em 1994, com Fernando Henrique Cardoso, no governo Itamar, e depois com o governo Fernando Henrique, que a hiperinflação do Brasil foi, de fato, debelada", pontuou o economista.

Principais causas

De acordo com o economista da FGV André Braz, as principais causas da hiperinflação no Brasil foram: o déficit fiscal crônico; os índices de correção monetária; as políticas econômicas inconsistentes; os choques de oferta; as crises externas; a falta de credibilidade nas políticas monetárias; as pressões salariais; e a governança econômica e instabilidade política. "A vida, durante o período de hiperinflação no Brasil, era marcada por um constante estado de adaptação e incerteza. Os consumidores precisavam ser extremamente vigilantes e rápidos em suas decisões financeiras para evitar a perda de poder de compra. As dificuldades econômicas afetaram profundamente o cotidiano das pessoas, levando a mudanças significativas nos hábitos de consumo, relações de trabalho e dinâmicas sociais", comentou Braz.

O economista da FGV disse, ainda, que o Banco Central do Brasil começou a cortar taxas de juros devido à redução da inflação subjacente, enquanto os bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa mantiveram uma postura mais rígida, mantendo as taxas de juros mais altas por mais tempo. "Esta divergência nas políticas monetárias criou uma pressão sobre o real, uma vez que os investidores buscaram melhores retornos em mercados com taxas de juros mais altas", explicou. Para Ricardo Rodil, economista e líder do mercado de capitais do Grupo Crowe Macro, não existe um 'porquê', mas vários 'porquês' que contribuíram para a situação de hiperinflação na economia brasileira. "Se pudermos reduzir a dois, estes seriam o descontrolado fiscal e a dívida externa. Mas cada um deles tem diversas facetas, que precisam ser analisadas", afirmou.

"O descontrolado fiscal costuma ser a causa mais comum de pressões inflacionárias (chegando ou não à hiperinflação), pois obriga os governos a utilizar uma das seguintes medidas, ou uma combinação de ambas: emitir moeda ou aumentar seu endividamento", disse Rodil. "A emissão de moeda sem contrapartida em aumentos do produto e/ou da produtividade conduz a excesso de demanda sobre a oferta, o que faz os preços dispararem". Rodil ressaltou que o aumento da dívida pública leva o governo a gastar mais em juros, o que pressiona o nível de juros no mercado, o que inibe investimentos, reduzindo ou estagnando a oferta de bens e serviços, causando inflação. "À época, a dívida externa era 'impagável' e a juros flutuantes, o que levou a vários defaults, com a consequente resistência de investidores internacionais a colocar capitais no Brasil, o que pressionava o valor do dólar e a inflação".

Tentativas

Nas décadas de 1980 e início dos anos 1990, o Brasil experimentou diversas tentativas frustradas de controle inflacionário, como os Planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor, que, embora trouxessem alívio temporário, não conseguiram estabilizar a economia a longo prazo. A inflação chegou a atingir taxas superiores a 2.000% ao ano, tornando-se um dos maiores problemas enfrentados pelo país. A volatilidade dos preços criava um ambiente de incerteza, levando a um círculo vicioso de aumento de preços e perda de confiança na moeda nacional.

Frente a essa situação crítica, o governo do então presidente Itamar Franco, com a liderança do seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, concebeu o Plano Real, lançado oficialmente em 1º de julho de 1994. O plano se diferenciava dos anteriores por sua abordagem gradual e estruturada, focando em uma série de medidas que visavam a estabilizar a economia e restaurar a confiança na moeda.

O Plano Real consistia em três fases principais: o Programa de Ação Imediata (PAI), que era focado no ajuste fiscal e controle das contas públicas, com o objetivo de reduzir o déficit e criar um ambiente de confiança; na introdução da Unidade Real de Valor (URV), que foi uma moeda virtual que coexistiu com o cruzeiro real (moeda vigente até então) e serviu como referência para a indexação de preços e contratos; e o lançamento do real, a nova moeda. o real (R\$), substituiu a URV em 1º de julho de 1994, com uma paridade de 1 para 1 em relação ao dólar. A introdução do real foi acompanhada de um conjunto de políticas monetárias e fiscais rigorosas para garantir sua estabilidade.

Impactos e Resultados

O Plano Real trouxe resultados imediatos e significativos. A inflação, que havia atingido níveis estratosféricos, foi rapidamente reduzida, estabilizando-se em torno de 6% ao ano nos anos subsequentes. O poder de compra dos brasileiros foi restaurado, e a confiança na moeda nacional foi gradualmente recuperada. Além de controlar a inflação, o Plano Real também estabeleceu as bases para uma série de reformas estruturais na economia brasileira. A estabilização econômica permitiu a atração de investimentos estrangeiros, impulsionou o crescimento econômico e melhorou as condições de vida da população.

A implementação do Plano Real em 1994 foi um ponto de inflexão na história econômica do Brasil. Ao abordar a inflação de maneira inovadora e eficiente, o plano não apenas estabilizou a economia, mas também criou um ambiente propício para o desenvolvimento e a modernização do país. A experiência do Plano Real permanece como um exemplo de como políticas econômicas bem concebidas e executadas podem transformar a realidade de uma nação.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 02.07.2024 – PÁG. OPINIÃO

Liderança estratégica em um mundo multidimensional

Conjugar tradição e modernidade é um complexo desafio. Somente lideranças com mentes multidimensionais serão capazes de influenciar doravante suas organizações e a sociedade em geral

Otávio Santana do Rêgo Barros

A diversidade e a evolução das formas de comunicação, promovidas principalmente pela ascensão de novas tecnologias digitais, levaram a opinião das pessoas a circular na sociedade de maneira mais amplificada, acelerada e, às vezes, distorcida. Nesse mundo de constantes transformações, os princípios que regem a liderança estratégica — responsável por manejar a tal comunicação — passaram a ser considerados e aplicados por





CLIPPING

DATA

02.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

17 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

um número cada vez maior de gestores e organizações.

A condução das organizações enfrenta, em consequência da disseminação rápida das informações, o embate entre a visão tradicional mecanicista (uma espécie de manda quem pode, obedece quem tem juízo) e as novas formas matriciais de gerir os "negócios" (um por todos, todos por um). Até nossos dias, em um processo que nasceu na Revolução Industrial, as organizações foram sendo estruturadas com ênfase na hierarquia, na racionalidade e na eficiência operacional, comportamento que persiste quase como cláusula pétrea.

Ainda assim, ocorreram críticas a esse padrão de gestão. O sociólogo Max Weber, em seus estudos sobre a burocracia, durante sua viagem aos Estados Unidos, na década de 1900, deixou uma ponta de dúvida quanto à eficácia do processo top down ao demonstrar preocupação com "os efeitos psicológicos e sociais da proliferação da burocracia — a mecanização da vida humana, a erosão do espírito humano e o solapamento da democracia".

Pesquisadores mais modernos do tema, como Capra e Luisi, reforçaram que a abordagem mecanicista, embora, na época, tenha carreado benefícios em termos de padronização e controle, negligenciou a complexidade e a dinâmica humana intrínseca a todas as associações. Na esfera militar, Samuel Huntington, que analisou e aprofundou as relações entre o soldado e o Estado, reconheceu, na década de 1950, os desafios enfrentados pelas organizações militares ao adotar rígidas estruturas burocráticas. E ele enfatizou — a meu juízo, quase como uma crítica — que "a função militar é desempenhada por uma profissão pública burocratizada, especializada na administração da violência e responsável pela segurança militar do Estado".

Já Morris Janowitz, na década de 1960, outro analista das relações entre civis e militares, alertou sobre a importância de valores como dever e lealdade dentro das forças armadas, destacando que eles seriam fundamentais para o profissionalismo militar, deveriam ser reconhecidos e colocados acima das estruturas burocráticas formais. Declarou o professor: "Particularmente numa sociedade de livre iniciativa e motivada pelo lucro, a instituição militar exige um sentido de dever e de honra para atingir os seus objetivos. O heroísmo é uma parte essencial dos cálculos até mesmo dos pensadores militares mais racionais e autocríticos".

Atualmente, a luta entre a burocracia, os valores e a modernidade a impactar a gestão de organizações (inclusive das atividades castrenses) passou para um campo de batalha menos engessado, quando alguns pesquisadores sugerem que as estruturas sejam vistas como sistemas vivos e dinâmicos, caracterizados por redes complexas de interações culturais, ecológicas, econômicas, humanas, políticas, militares, tecnológicas etc. Esses pesquisadores propõem que uma gestão mais adaptativa e flexível, integrando aspectos materiais e processos não materiais, será crucial para o sucesso tático e estratégico nos novos tempos. Nas estruturas militares tradicionais, essa nova abordagem desafiaria o senso histórico de poder e de autoridade consolidados e respeitados por séculos.

Em um exercício de imaginação, caso a instituição fardada optasse por incorporar essa nova abordagem, ela deveria buscar maior flexibilidade nas dinâmicas internas das estruturas, incluindo paulatinamente uma cultura de modernização organizacional, uma liderança compartilhada e uma interação interpessoal. Não restam dúvidas de que conjugar tradição e modernidade, mesmo para gerentes oxigenados por novas ideias, sejam

civis ou militares, é um complexo desafio. Nesse novo ambiente, somente lideranças com mentes multidimensionais serão capazes de influenciar doravante suas organizações e a sociedade em geral.

E, no caso das lideranças militares, elas deverão oferecer direções inovadoras para o fortalecimento do poder militar de seu país, despertar interesses genuínos na classe política e na sociedade como um todo sobre o tema Defesa, preparando-se eficazmente para conduzir os jovens e digitais recursos humanos, fardados ou não, nos embates do século 21.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 02.07.2024 – PÁG. A15

Nada de novo sob o sol: dólar x real

Sucessão de episódios de valorização/desvalorização cambial demonstra que a almejada correção dos chamados desequilíbrios globais vai exigir regras não compatíveis com sistema atual

Luiz Gonzaga Belluzzo



A continuada desvalorização do real nas últimas semanas deflagrou uma avalanche de opiniões a respeito do fenômeno monetário-financeiro internacional. Peço licença ao eventual leitor para sublinhar monetário-financeiro e internacional. O pedido ao leitor deita raízes na sobrecarga de opiniões que se derramam em queixas que atribuem à irresponsabilidade fiscal os sucessivos e intensos declínios de valor do nosso Real diante do patrono do sistema monetário internacional, mister dólar.

Incurções na história: começamos com a estagnação dos anos 1970 do século passado. Naqueles tempos, a continuada desvalorização do dólar foi enfrentada com a elevação da policy rate deflagrada por Paul Volker em 1979. A elevação dos juros foi apresentada, então, como uma medida destinada a alcançar o objetivo doméstico de controle da inflação, mas o efeito mais relevante para a economia internacional foi a recuperação do papel do dólar como moeda-reserva.

A forma como ocorreu a recuperação do dólar, como moeda-reserva e de denominação das transações comerciais e financeiras, promoveu profundas alterações na estrutura e na dinâmica da economia mundial. Nas três décadas seguintes, à sombra do fortalecimento do dólar, os Estados Unidos promoveram as políticas de abertura comercial e impuseram a liberalização financeira urbi et orbi.

Assim, suas empresas encontraram o caminho mais rápido e desimpedido para a migração produtiva, enquanto seus bancos foram investidos plenamente na função de gestores da finança e da moeda universais. Nesse período, os deslocamentos tectônicos na geoeconomia mundial - particularmente a ascensão da China como potência manufatureira - produziram mais um episódio fascinante do processo de “destruição criadora”.



CLIPPING

DATA

02.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

A partir do início dos anos 1980, intensificou-se o movimento de migração da indústria manufatureira para as regiões nas quais prevalecia uma relação câmbio/salários mais competitiva e ampliaram-se os desequilíbrios nos balanços de pagamentos entre os EUA, a Ásia e a Europa. O estudo do Banco de Compensações Internacionais (BIS) - “The Transmission of Unconventional Monetary Policy to Emerging Markets” - admite que há consenso a respeito da predominância dos fatores “externos” sobre os fatores internos na determinação dos fluxos de capitais.

Reza o relatório: “Os bancos centrais das economias emergentes têm enfrentado desafios políticos decorrentes tanto da apreciação da taxa de câmbio quanto da depreciação nas últimas duas décadas. Durante a década anterior à crise de 2008 e desde 2009, os diferenciais de taxa de juros e crescimento resultaram em entradas substanciais de capital e pressões de apreciação da taxa de câmbio. Em contraste, grandes saídas de capital durante maio-setembro de 2013 e início de 2014 foram acompanhadas por fortes depreciações cambiais. Globalmente, na maioria das EME, as taxas de câmbio efetivas nominais depreciaram-se significativamente e foram voláteis entre 2007 e 2013.

O economista Claudio Borio, do BIS, já desvelou a verdade que a maioria dos analistas esforça por esconder sob a rica tapeçaria de seus inefáveis saberes fiscalistas. A morfologia dos movimentos de capitais é intrinsecamente pró-cíclica em sua recorrência maníaca que vai da abundância de grana estrangeira às paradas súbitas e daí às crises financeiras e bancárias. Esse “eterno retorno do mesmo” (Nietzsche, tenha piedade) está determinado pela interação entre a liberalização das contas de capital, a emergência das economias “emergentes” como polos de atração da movimentação financeira e o papel dos EUA como provedores de ativos líquidos de “última instância”, títulos do Tesouro americano.

Diante de episódios de instabilidade cambial, as vozes de sempre descarregam a culpa nas “condições internas” A interpenetração financeira suscitou a diversificação dos ativos à escala global, o inchaço dos mercados futuros de câmbio e juros e, assim, impôs a “internacionalização” das carteiras dos administradores da riqueza, o que coloca formidáveis desafios às políticas monetárias. Diante da enxurrada de capitais empenhados na arbitragem com taxas de juro e na especulação desaçaimada com suas moedas, os emergentes levam surras periódicas dos agentes da finança dotados de expectativas racionais.

Num ambiente internacional de livre movimentação de capitais, os bancos centrais dos países de “moeda fraca” encontram dificuldades em manter, simultaneamente, boas condições de crédito doméstico e a estabilidade de sua moeda. O controle da liquidez em moeda forte é, portanto, crucial para a sempre precária combinação entre estabilidade e crescimento nas economias de moeda não-conversível. Os países periféricos mais bem-sucedidos, como a China, preferiram manter controles seletivos e pragmáticos de câmbio e de capitais. Acumulam reservas elevadas em moeda forte (dólares ou euros) com o propósito de evitar “choques de desvalorização”, que possam afetar negativamente a taxa de juro doméstica.

Nas pegadas da globalização financeira, o Brasil manteve por 20 anos uma combinação câmbio-juro hostil ao crescimento da indústria manufatureira e amigável à arbitragem sem risco. Diante de frequentes episódios de aguçamento da instabilidade cambial, as vozes de sempre descarregaram as culpas sobre os ombros das “condições internas”. Proclamam - sempre e sempre - os danos do “risco fiscal”, exibido como um pecado irremissível. Ignoram que os países de moeda não conversível se dilaceraram entre o objetivo de manter a inflação sob controle e o propósito de não danar o crescimento ou colocar em risco a estrutura industrial e, conseqüentemente, o “arcabouço” de geração de renda e emprego. No Brasil, a derrocada exportadora da

indústria faz parceria com a invasão das importações de produtos manufaturados, prenes de incentivos e subsídios oferecidos generosamente pelos competidores espertos.

Seja como for, a sucessão de episódios valorização/desvalorização demonstra que a almejada correção, dos chamados desequilíbrios globais, vai exigir regras não compatíveis com o sistema monetário internacional em sua forma atual. O movimento dos Brics revela a reação de um conjunto de países diante dos percalços a eles causados por uma estrutura financeira global monetariamente hierarquizada, comandada pelo poder do dólar.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 02.07.2024 – PÁG. E1

Sistema de penhora on-line bate recorde e recupera R\$ 14 bilhões

Valor foi transferido, no primeiro semestre do ano, para contas judiciais de ações de cobranças ajuizadas por credores

Marcela Villar

A Justiça tem sido mais eficiente no bloqueio de valores em contas bancárias e de investimentos de devedores. Nos primeiros seis meses do ano, o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud) registrou um volume recorde de ordens bem-sucedidas, na comparação com o mesmo período de anos anteriores. Foram 4,9 milhões de solicitações que surtiram efeito em favor de credores - maior número da série histórica para um semestre. Um total de R\$ 40,8 bilhões foi congelado.



Também foi recorde o volume de transferências de valores bloqueados para contas judiciais. Um total de 3,8 milhões de depósitos foram feitos no primeiro semestre, que somam R\$ 14,4 bilhões. Em termos de valores, esse é o segundo maior desde o início dos registros pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O pico foi registrado no primeiro semestre de 2018, com R\$ 19,8 bilhões.

Há diferença entre o que é bloqueado e efetivamente depositado em contas judiciais, segundo especialistas, porque o sistema ainda congela mais do que deveria e essa transferência de valores não é automática, além de toda a operação poder ser questionada pelo devedor.

“Após o bloqueio de recursos financeiros, o juiz deve intimar o executado, que poderá comprovar, no prazo de cinco dias, que as quantias bloqueadas são impenhoráveis ou excessivas. Nesses casos, o juiz determinará o cancelamento da ordem de bloqueio, ou seja, a devolução do dinheiro para o executado”, explica a juíza Keity Saboya, da 6ª Vara de Execução Fiscal e Tributária de Natal e auxiliar da Presidência do CNJ. O principal motivo para a melhoria da efetividade desses bloqueios foi a transformação de todo o sistema de busca de ativos da Justiça brasileira, iniciado em 2021, fruto da assinatura de um acordo de cooperação técnica entre o CNJ, Banco Central (BC) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em 2019. O



CLIPPING

DATA

02.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

principal objetivo foi aprimorar as ferramentas tecnológicas da plataforma. A partir dali o sistema saiu da alçada do BC e passou para o comando do CNJ.

A transformação tem dado frutos e a última etapa da implementação idealizada há cinco anos ocorreu em abril, com a ampliação do prazo de 30 para 60 dias da “teimosinha”, ferramenta criada com o Sisbajud que faz a busca reiterada e automática de ativos financeiros de devedores. Todos os dias, ela varre todas as contas bancárias e investimentos em renda fixa ou variável, como ações, sob titularidade de um mesmo CPF ou CNPJ que tenha dívida reconhecida judicialmente. A ferramenta é mantida até encontrar o valor necessário para o cumprimento da sentença.

Antes, no Bacenjud, essa busca era feita em um só dia e a autorização levava mais tempo. “Levava tempo suficiente para o devedor saber que a decisão havia sido dada e retirar o dinheiro da conta”, afirma o advogado Wagner Roberto Ferreira Pozzer, sócio do Rubens Naves Santos Jr. Advogados. Além de acelerar o processo, a teimosinha é feita hoje em sigilo. “A parte acaba sendo surpreendida com a conta penhorada.” A instituição de um prazo maior para a teimosinha é uma estratégia para “aumentar a efetividade das ferramentas de busca e constrição de bens no processo de execução”, segundo a juíza Keity, que participa do Comitê Gestor do Sisbajud no CNJ - ao lado de representantes da PGFN, BC, tribunais estaduais, federais e do trabalho -, criado em fevereiro deste ano.

Ela diz que ainda é cedo para avaliar os efeitos do aumento de prazo e que não há explicações concretas para a maior efetividade dos bloqueios. Mas já existe um plano das melhorias a serem implementadas em breve. O próximo passo do CNJ será trazer mais automação para o sistema, como criar alertas automáticos quando o bloqueio for bem-sucedido. Hoje, a plataforma encaminha as ordens aos bancos até às 19h do mesmo dia, com prazo de resposta para o dia seguinte. A ideia é reduzir o tempo, com a possibilidade de a resposta ser em tempo real.

Outra pretensão que deve ser analisada pelo Comitê Gestor é integrar o Sisbajud com o Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (Sniper), que agiliza e facilita a busca de bens em diversas bases de dados. “A ideia, para 2024, é termos um portal único para pesquisa, bloqueio e penhora de bens do devedor, com integração do Sisbajud, Renajud [penhora de veículos] e Receitajud [demandas feitas à Receita Federal] ao Sniper, além de outras bases de dados já disponíveis”, afirma a juíza. Para o juiz federal substituto da 1ª Vara Federal de Passo Fundo Ricardo Soriano Fay, representante do Conselho da Justiça Federal (CJF) no Comitê Gestor, o aumento dos bloqueios bem-sucedidos neste ano se deve a três fatores: uso mais recorrente da teimosinha, maior número de pessoas e atores no sistema financeiro e maior investimento na bolsa de valores.

Aumento dos valores bloqueados se deve ao maior uso da IA” — Rodolfo Amadeo

Ele acredita que a extensão do prazo para busca pode melhorar, “e muito”, a teimosinha. “Pode ser que o valor entre e saia da conta e o Sisbajud não consiga pegar. Essa demanda de postergar as tentativas de bloqueio para 60 dias serve para dar mais chances da satisfação da dívida e aumentar o percentual de pagamento aos credores”, afirma. Na visão do professor de processo civil da FGV Direito SP, Rodolfo Amadeo, a ideia de unificar o Sisbajud com outros sistemas contribuirá ainda mais para a efetividade das ações de cobrança. “Hoje, são vários sistemas regionalizados, a junta comercial tem um registro de uma

forma, o registro de imóveis de outra e a falta de um sistema unificado acaba sendo caro e demanda muito tempo para o credor fazer uma busca. Se tiver tudo isso unificado, no futuro, daria muito mais eficiência.”

Amadeo lembra que essa centralização foi feita em Portugal, em 2014. Lá também é possível fazer uma pesquisa extrajudicial sobre os bens do devedor antes de entrar com a ação de cobrança. “Se não tiver nada, você já nem começa a execução”, diz. Para o professor, o aumento dos valores nos bloqueios se deve ao maior uso da inteligência artificial nos tribunais desde 2021. Não à toa os dados do Sisbajud indicam aumento das tentativas de constrição, que têm quase dobrado ano após a ano, considerando os primeiros seis meses. Em 2024, nesse período, foram feitas mais de 105 mil ordens de bloqueio, contra 76,8 mil em 2023 e 49,6 mil em 2022 - o que sugere o efeito da teimosinha. Antes, em 2021, eram menos de 17 mil.

Outra razão, segundo o professor, foi a centralização de demandas judiciais em cartórios, com a criação da Unidade de Processamento Judicial (UPJ), no caso de São Paulo, que unifica três ou mais ofícios de mesma competência para processar e cumprir determinações judiciais. A mudança gerou um ganho de quase 50% na produtividade dos magistrados, segundo dados do TJSP, e redução da ordem de 60% no tempo de tramitação dos processos.

Decisões do STJ permitem uso da ‘teimosinha’

2ª Turma permitiu a retenção de valores das contas bancárias da Extrusal Alumínio e da Expresso Frederes, em favor da Fazenda Nacional

Marcela Villar

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reformou decisões de segunda instância para permitir o uso da teimosinha, ferramenta criada com o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud), em 2021, para fazer a busca reiterada e automática de recursos financeiros de devedores. As decisões permitem a retenção de valores das contas bancárias da Extrusal Alumínio e da Expresso Frederes, em favor da Fazenda Nacional.

Para o relator dos casos, ministro Afrânio Vilela, a autorização precisava ser dada para trazer mais agilidade ao processo - possível por meio de teimosinha, que “confere maior celeridade na busca de ativos financeiros e efetividade na demanda executória” (REsp 2121333 e REsp 2138487).

“Recaindo a penhora diretamente sobre somas de dinheiro, elimina-se o procedimento de transformação de bens constritos em numerário, tornando a execução, a um só tempo, mais efetiva para o credor e menos onerosa para o devedor”, afirma Vilela nas decisões, que reformaram acórdãos dos Tribunais Regionais Federais da 3ª e 4ª Regiões (TRF-3 e TRF-4). Ele lembra que o Código de Processo





CLIPPING

DATA

02.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

23 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Civil (CPC) coloca o dinheiro em primeiro lugar na ordem de preferência da penhora. Por conta da liquidez, torna mais rápido o pagamento da dívida. O ministro relator indica, em seu voto, que cabe ao devedor “apontar eventual inviabilização da atividade empresarial causada pela utilização da ferramenta”. Vilela ainda cita precedente da 1ª Turma que decidiu pela legalidade da ferramenta (REsp 2091261).

Nesse tipo de ação, os juízes precisam analisar como dois princípios se encaixam no caso concreto: o de que a ação de execução deve tramitar em benefício aos credores, e o da menor onerosidade ao devedor. Nos acórdãos do TRF-3 e TRF-4, os desembargadores entenderam que a teimosinha era uma medida invasiva e extrema, que poderia comprometer o funcionamento da empresa. Além disso, de que era preciso esgotar a busca de bens por outros meios de penhora antes do bloqueio da conta bancária. “O juiz precisa verificar se há outras formas menos onerosas para honrar a dívida, como a penhora de um carro ou de um imóvel, por exemplo”, diz o especialista em direito processual civil Wagner Roberto Ferreira Pozzer, sócio do escritório Rubens Naves Santos Jr. Advogados.

Nessa balança, a jurisprudência majoritária é, no caso de empresas, a de limitar o bloqueio em até 30% do faturamento, sob pena de inviabilizar o negócio. “Não se pode levar a quebra da pessoa jurídica. Se tudo fosse bloqueado, ela não teria condições de quitar obrigações trabalhistas, tributos, o que pode até mesmo inviabilizar a atividade econômica”, completa Pozzer. Os precedentes, em maioria, também já têm adotado uma teimosinha “permanente”, de acordo com o advogado Diógenes Gonçalves, sócio do Pinheiro Neto Advogados. Consiste na renovação do prazo inicial, que antes era de 30 dias, para que a ferramenta faça a varredura das contas bancárias por igual período, se os bens não forem encontrados em um primeiro momento. Alguns magistrados resistiam em fazer a renovação. “Diziam que não rendeu frutos”, diz.

A decisão recente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pela extensão do prazo para 60 dias, portanto, seria também para trazer maior praticidade aos julgadores, que precisam manualmente fazer a renovação. “O prazo é o dobro. O trabalho, pela metade”, afirma Gonçalves. Advogados ainda indicam, porém, que o sistema ainda poderia ser aprimorado, com a liberação rápida dos valores bloqueados a maior, procedimento que também precisa ser feito manualmente pelo juiz. “A demora, no caso de alguém que sofreu penhora excessiva, pode atrapalhar o pagamento de tributos e da folha de empregados”, afirma o sócio do Pinheiro Neto.

Mas o advogado reitera que a teimosinha ajuda e muito a tornar concretas as sentenças. “Por mais que a sentença seja uma vitória no papel, ela precisa ser executada. E a teimosinha vem para ajudar isso”, diz. “Antes de irmos para leis mais duras, busquemos leis mais eficazes, como o remédio dado pela teimosinha.” Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que “a teimosinha representou um avanço para a efetividade dos bloqueios de ativos financeiros, agora não mais restritos ao intervalo de um único dia”. Sobre o aumento de prazo acrescenta ser “uma mudança bem-vinda”.

Porém, acrescenta que a ampliação do prazo de duração, “por si só, não se mostra suficiente para solucionar o problema da efetividade do Sisbajud”, pois ainda há situações de devedores que possuem movimentação financeira, mas os bens não chegam a ser bloqueados. Essas situações, afirma o órgão, devem ser mapeadas pelo Comitê Gestor do Sisbajud, do qual a PGFN faz parte. Ao Valor, a defesa da Extrusal informou que vai recorrer da decisão. Para o advogado da Expresso Frederes, Luiz Ricardo de Azeredo Sá, do Villarinho e Sá Advogados Associados, porém, não haveria essa possibilidade, já que 1ª e 2ª Turmas seguem o mesmo entendimento, o que afasta a possibilidade de embargos de divergência. “Mas vamos seguir, no âmbito dos

tribunais de 2º grau, defendendo nossa tese na esperança de conseguirmos em outros recursos especiais mudar essa posição”, diz Sá.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 02.07.2024 – PÁG. E2

A inteligência artificial e os mecanismos de governança

Não haverá desfavorecimento da economia com uma regulamentação adequada e certa

Renato Opice Blum e Guilherme Guimarães Vieira

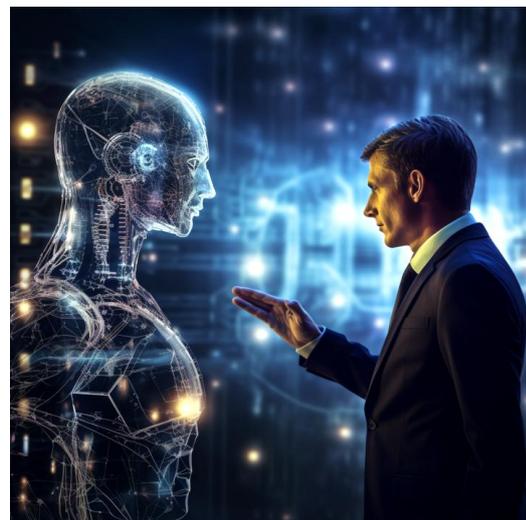
Com a recente aprovação do EU AI ACT - marco legal europeu sobre inteligência artificial, a regulamentação de sistemas de IA tem sido debatida com frequência e já é palco de divergências ao redor do mundo. O risco consciente e controlado da IA deve ser preservado na compilação das diretrizes legais. Por essa razão, comissões de juristas, cientistas de dados, programadores, empresas e associações estão fomentando discussões para o entendimento maduro do que vem a ser a legislação “ideal”.

É certa a inexistência de um texto que agrade a todos. Há riscos inerentes a operacionalização dos sistemas de IA. Esses riscos vão desde infrações de propriedade intelectual, autoria de criação até modelos de negócios baseados em decisões automatizadas com inclinações preconceituosas ou desajustadas com o senso comum humano.

Verdadeiramente, o que promove a intensificação da IA é a abundância de informações e dados como textos, imagens, vídeos, áudios, códigos, entre outros que estão à mercê do poder computacional e da “nuvem” - cloud computing. A inteligência artificial, até hoje, só realiza aquilo que está programada para fazer, com raras exceções da IA generativa. As limitações da IA podem ser éticas, bases de dados, criação de padrões, ausência de códigos e tantos outros. Por esse motivo, se o padrão está enviesado negativamente, o resultado será prejudicial e desfocado da realidade.

Dito isso, qual será o limite da inteligência artificial? O ser humano está preparado psicologicamente, financeiramente e socialmente para utilizar todo o potencial das novas tecnologias? O novo ChatGPT 4o (omni), recentemente lançado, é a prova viva de que a evolução da IA está alcançando padrões interativos muito próximos aos do ser humano na vida cotidiana. A conexão entre a IA e o indivíduo está cada vez mais natural e espantosamente real.

Essas indagações não serão respondidas tão facilmente. Por esse motivo, tramita no Congresso Nacional, o PL 2338/23, proposto com a intenção de compilar e unificar entendimentos acerca do uso da inteligência artificial. Como principal projeto, o PL 2338, popularmente chamado de Marco Legal da Inteligência Artificial, visa resguardar os direitos fundamentais e as garantias previstas na Constituição Federal durante o





CLIPPING

DATA

02.07.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

25 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

uso de modelos de IA. A centralidade da pessoa humana, o respeito aos valores democráticos e o livre desenvolvimento da personalidade são sopesados com o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a livre iniciativa econômica.

O PL 2338, no seu artigo 4º, inciso I, define sistema de inteligência como “sistema computacional, com graus diferentes de autonomia, desenhado para inferir como atingir um dado conjunto de objetivos, utilizando abordagens baseadas em aprendizagem de máquina e/ou lógica e representação do conhecimento [...] com o objetivo de produzir previsões, recomendações ou decisões que possam influenciar o ambiente virtual ou real”. Equivalente a essa definição, no ano de 1998, a Lei do Software (Lei nº 9.609/98) disciplinou no seu artigo 1º o sistema de computador.

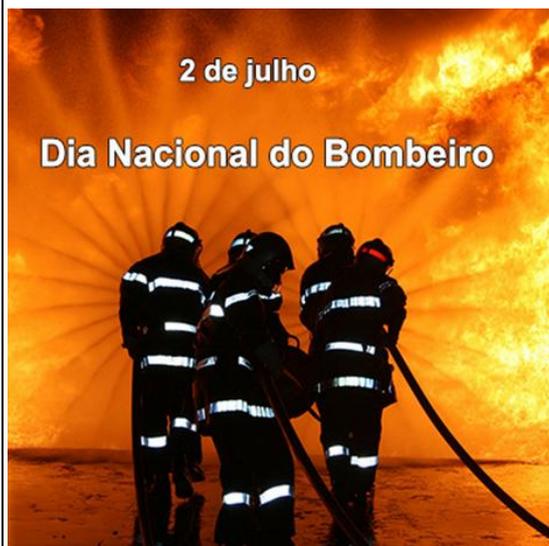
Dada a importância que os dados pessoais têm na economia digital, esse tema está na centralidade do projeto de lei. Para isso, a transparência, explicabilidade, inteligibilidade e auditabilidade foram destacadas na pretensão legislativa para IA. Todos esses fatores servem de mecanismos de proteção aos cidadãos e seus direitos fundamentais. A necessidade de governança nas empresas, organizações e órgãos públicos é pauta despontante. Como medida mitigadora de danos futuros, os sistemas de inteligência artificial passarão por avaliação preliminar realizada pelo fornecedor para classificação de seu grau de risco, de acordo com alguns critérios. Os sistemas serão testados e validados quando estruturados para funções denominadas de alto risco ou risco excessivo.

Vale ressaltar que medidas de transparência quanto ao sistema empregado, adoção de parâmetros adequados de separação e organização de dados para treinamento, teste e validação do sistema e adoção de medidas de segurança da informação desde a concepção da IA são necessárias. A documentação e registro da operação e codificação do sistema de IA também serão exigidos em caso de alto risco. Na tentativa de antecipar um padrão de governança de IA, a composição dos insights será feita através de mecanismos heteronormativos. Os pilares que sustentam a aplicação ética, transparente e adequada da inteligência artificial são muito amplos, transversais e multidisciplinares. Vão desde monitoramento constante, gestão do fluxo de dados, avaliação de risco até controle de incidentes e permanente supervisão humana.

Por isso, o assunto vai muito além de uma “disputa” jurídico-corporativa. Não haverá desfavorecimento da economia com uma regulamentação adequada e certa. O que se pretende não é engessar as inovações para estagnar o desenvolvimento mundial, mas sim criar um cristalino entendimento em torno das definições e teorias emergentes. O cidadão comum precisa ter conhecimento do que é uma inteligência artificial para usá-la de maneira responsável.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 02 de julho – Dia do Bombeiro Brasileiro



No dia 02 de julho comemora-se o dia do bombeiro, uma corporação da Defesa Civil que se encontra diretamente ligada à Polícia Militar. A data foi decretada oficial no Brasil no ano de 1954, e hoje já somam cento e cinquenta e dois anos de existência.

Os primeiros registros dos serviços do Corpo de Bombeiro no Brasil surgiram no ano de 1856, quando o imperador D. Pedro II assinou um decreto que caracterizava a diminuição dos incêndios. Antes da criação dessa corporação, as pessoas apagavam os incêndios contando com a ajuda de vizinhos e amigos, além de contar com a boa sorte de se encontrar água em abundância na localidade. As latas iam passando de mão em mão, até chegaram ao local do incêndio, de forma bem simples e arriscada, podendo causar maiores danos, em razão da falta de preparo das pessoas.

Hoje em dia podemos acessar o corpo de bombeiros através do telefone 193, um número que atende localidades de todo o país. Mas esse número deve ser preservado de trotes e brincadeiras de mau gosto, pois podem atrapalhar no salvamento de vidas que estejam em perigo. A profissão de bombeiro é muito bonita e deveria ser mais valorizada, pois colocam suas vidas em perigo para salvar a vida de outras pessoas.

Além de servirem para apagar fogo, esses profissionais são preparados para fazer resgates de pessoas que correm risco de perder a vida, socorrer animais em situações difíceis, asfixia, tentativa de suicídio, afogamentos e traumas em acidentes, desaparecimentos em florestas e matas, etc. Fazem ainda a fiscalização em empresas, garantindo condições de primeiros atendimentos em caso de incêndios, onde as mesmas devem manter extintores cheios e oferecer equipamentos de segurança aos funcionários.

Os bombeiros também desenvolvem projetos sociais e educativos, levando para as escolas orientações a jovens e crianças sobre formas de evitar acidentes, cuidados em represas, piscinas e praias, cuidados com álcool e fogo, acidentes em brincadeiras, não mexer em produtos de limpeza, não ingerir remédios sem orientação de pessoas adultas, dentre várias outras. Além desses, mostram o quanto é importante ter atitudes corretas enquanto cidadãos, como manter a ordem de nossas cidades, respeitar as leis e cumprir com nossas obrigações.

Esse trabalho é muito importante, pois através da prevenção levam para os estudantes orientações que podem evitar acidentes, tornando-os mais responsáveis em suas atitudes.